

## Neoliberalismo, cidade e cidadania: questões sobre o esvaziamento político do espaço público na metrópole brasileira

Jansen Faria\*

### Resumo

*A produção do espaço urbano no Brasil é historicamente marcada por políticas excludentes e pela espoliação urbana, que têm se intensificado com a ascensão de políticas e da racionalidade neoliberais. Apontamos aqui para um esvaziamento do sentido político da cidadania por meio de quatro fatores principais. Quais sejam: o desmanche (ou reordenamento) neoliberal do Estado e o encolhimento da esfera pública; o alcance cada vez maior da subjetividade neoliberal; o contexto histórico-político brasileiro e; o esvaziamento dos espaços públicos. A lógica neoliberal da gestão urbana torna invisíveis parcelas historicamente excluídas da sociedade, alienando-a como um todo; tira do alcance da visão e da experiência o que não é enquadrado na informação estética que quer passar. O presente artigo visa mostrar o papel da racionalidade neoliberal no esvaziamento e ocultamento dos conflitos, e ampliar os debates acerca dos rumos atualmente delineados pelo modo de gestão empresarial dos poderes públicos no Brasil, sobretudo em metrópoles, bem como propor o debate sobre os efeitos desse tipo de gestão na construção contínua da cidade e da cidadania.*

*Palavras-chave* Neoliberalismo; espaço público; segregação; cidadania.

## 1. Apresentação

Se o espaço social – como na compreensão de Souza (1997, p. 28) em seus sentidos econômico, político e cultural – é produto e produtor de si próprio e de sua sociedade, e tendo em vista a atuação enraizada dos dispositivos<sup>1</sup> neoliberais, qual será o resultado social no âmbito da cidadania (entendida aqui em sua acepção política-participativa) para a sociedade? Qual tipo de cidade e sociedade são “gestadas” através da ampliação da ação dos dispositivos neoliberais na atualidade?

Neste contexto o espaço público é central, pois, como um dos alvos prioritários do neoliberalismo, apresenta-se como materializador de dinâmicas sociais e é, como espaço concreto, ao mesmo tempo potencialmente alienante – imagem do capitalismo neoliberal – e desalienante – espaço para a prática do sensível, “(...) pois nenhum ser humano se contenta com a simples aparência” (SANTOS, 2014, p. 72)

Buscando debater e elucidar algumas questões, trataremos, a seguir: i) da ideologia neoliberal e seus principais dispositivos de governamentalidade, resultando nos “novos sujeitos” (DARDOT; LAVAL, 2016); ii) da administração neoliberal da máquina pública e a produção do espaço urbano; iii) dos aspectos históricos, políticos e da produção do espaço<sup>2</sup> e do neoliberalismo no Brasil e; iv) da centralidade e o potencial do espaço público urbano para as transformações da sociedade.

## 2. Ideologia neoliberal

### 2.1. O Estado e o esvaziamento da esfera pública

A crise do capitalismo keynesiano<sup>3</sup> na década de 1970 contribuiu com a crescente adesão ao modelo neoliberal de gestão da máquina pública. Nas décadas seguintes, o sistema político-econômico conhecido como neoliberalismo ganha força sobretudo a partir da ascensão de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

[1] Dispositivo no sentido foucaultiano, capaz de engendrar transformações espaciais, políticas, econômicas e nas praxis.

[2] Baseada na teoria de John Maynard Keynes, economista britânico que defendia um Estado intervencionista como forma de garantir o equilíbrio entre economia e direitos sociais.

[3] Tem como principais teóricos os economistas Friedrich Hayek e Ludwig Mises, ligados à Escola Austríaca de pensamento econômico.

[4] Tem como principais teóricos os economistas Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, ligados à Escola Austríaca

A crítica neoliberal<sup>4</sup>, construída décadas antes baseada em críticas ao liberalismo clássico, compreende que o Estado limita as possibilidades de ação do mercado, direcionando-o a interesses determinados que contribuem na formação de monopólios através de instrumentos legislativos. A atuação do Estado na esfera econômica é vista, portanto, como a deturpação de uma suposta ordem natural do mercado (a “mão invisível”) de provimento de bens e serviços de acordo com as demandas. O discurso neoliberal credita ao funcionamento livre do mercado a forma de obediência ao princípio da liberdade individual de escolha e de propriedade.

Desta compreensão surge a narrativa de “Estado mínimo” difundida como solução para problemas enfrentados pelos países do *welfare state* (Estado de Bem-Estar Social), sistema que procurava equilibrar crescimento econômico com o pleno emprego. Ao contrário do que versa essa narrativa, o Estado neoliberal não tem atuação “mínima”. Mostra-se, na realidade, como um Estado jurídico e forte de forma que suas intervenções visam a estimular o consumo e “lubrificar a máquina econômica” (ROUGIER apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 87). A atuação política não perde espaço, mas muda sua lógica operacional.

Como resposta à ineficiência na solução dos problemas da época, a prioridade do Estado passa a ser tornar a ação empresarial mais ágil, tendo em vista que a empresa é o paradigma de eficiência e de promoção de empregos. Thatcher e Reagan promoveram, seguindo essas premissas, a liberalização da economia, com privatização de patrimônio estatal, flexibilização da legislação trabalhista e combate massivo aos sindicatos.

A “descoletivização da ação, que afeta sobretudo aos assalariados de base, explica essa espécie de vazio social que todo o mundo experimenta, forma contemporânea do que Hannah Arendt chamava de ‘desolação’” (DARDOT; LAVAL, 2015,

np, tradução nossa). Cria-se, em tese, um cenário ideal para a atração do setor produtivo.

O mercado – como o conjunto de mercadorias e serviços oferecidos por iniciativas particulares para demandas individuais – eleva o sucesso empresarial a paradigma. As empresas devem estar sempre prontas ao novo, a seguirem tendências do mercado visando antever nichos de alta lucratividade: instaura-se a lógica da competição e da competência. Descaracteriza-se a política enquanto mediação de conflitos entre forças sociais.

Os representantes políticos tornam-se garantidores da livre iniciativa em um movimento de burocratização do Estado, causando o descolamento deste das reais demandas sociais. Os governos neoliberais se abrem cada vez mais ao capital financeiro, sujeitando as riquezas nacionais à especulação, aumentando a dependência estatal com o mercado internacional. Assim, apesar de um aparente fortalecimento da democracia nas últimas décadas, há, na realidade, a diminuição desta enquanto sistema de participação.

Há, segundo Zarméño, “uma segmentação concomitante dos ‘mercados políticos’ entre excluídos e integrados com a reclusão destes últimos no particularismo, no âmbito privado”. Existe um paradoxo entre a aparente “consolidação da democracia” (ZARMEÑO, 1997, p. 156), com o fortalecimento de eleições diretas democráticas e equilíbrio entre os poderes, e o particularismo, a anomia e a fragmentação de movimentos sociais e de espaços intermediários entre o social disperso e o Estado. “Debilita-se, conseqüentemente, uma característica fundamental da democracia: as entidades coletivas ou associativas de cidadãos com continuidade no tempo” (ZARMEÑO, 1997, p. 156)

O Estado precisa mostrar-se estável e comprometido com a livre

iniciativa, o que faz com que as esferas de participação popular sejam gradativamente suprimidas, visando evitar o risco de sujeição do Estado a mudanças. “O problema da democracia para este grupo [neoliberais] seria justamente este: como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias” (MAGALHÃES, 2015, p. 48).

Os Estados passam a competir entre si pelas melhores fatias do mercado e a aplicar o modo empresarial de gestão: transferem responsabilidades para a iniciativa privada e sujeitam as políticas públicas à normativa numérica, afastando-as da abordagem política. Com isso a cidadania é entendida mais como provimento de bens e serviços básicos do que como participação efetiva dos sujeitos na construção de direitos e deveres sociais, consolidados pelo pacto social vigente. “Um dos efeitos da nova gestão pública é que os limites entre o setor público e o setor privado se embaralham” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 318). **Há o esvaziamento da esfera pública seguido do esvaziamento político de cidadania.**

Pode-se inferir que a ação do Estado, por si só, não seria responsável pela vida longa do período do capitalismo neoliberal. É essencial que a competitividade seja incorporada como subjetividade e que a insegurança seja constante no cotidiano do trabalho. O paradigma da gestão empresarial passa a nortear as ações dos sujeitos nas esferas do trabalho e da vida privada. A individualização exacerbada é uma das consequências. “**A economia é o método.** O objetivo é mudar a alma” (THATCHER apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.331).

## 2.2. O sujeito neoliberal

O sistema de disputa incessante, aliado às políticas de flexibilização do trabalho, cria uma atmosfera de medo. Institui-se um sistema de cálculo das constantes oportunidades em

que “sempre é hora de empreender”. Se há oportunidades, há também o risco de perdê-las. Articula-se, assim, da governamentalidade dos sujeitos a um auto-governo que Dardot e Laval (2016) chamam de “**empresa de si**”: o trabalhador com maior chance de sucesso é aquele flexível, dinâmico, um gestor racional de suas competências. “A vida é uma gestão de risco perpétua, autocontrole constante, e uma regulação do comportamento de si mesmo que mistura ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é ‘autorregulação’” (DARDOT; LAVAL, 2015, np, tradução nossa). Destarte, há uma culpabilização dos sujeitos pelos fracassos, pois, como o Estado já não é mais garantidor de uma gama de bens e serviços básicos, o acesso a eles depende unicamente do sucesso no mercado. Há a materialização de um novo *ethos*, de gestão de si pela lógica da empresa.

Para que o sujeito possa gerir a si mesmo, há a incorporação de dispositivos de governamentalidade. O sujeito neoliberal se enquadra em um conjunto de normas de regulação do corpo e da mente. Sob a lógica de superação de metas, o trabalhador é incentivado a produzir cada vez mais, a nunca estar satisfeito com o seu volume de produção (e de consumo). A recompensa pelo esforço é o incentivo ao gozo. Como parte das consequências, observa-se um exacerbado culto ao corpo, a ampliação da área de atuação da psicologia até o ambiente de trabalho e da popularidade de fármacos ligados à produtividade: aqueles que permitem às pessoas trabalharem mesmo quando exaustas, como estimulantes e energéticos; mesmo quando doentes, como anti-inflamatórios; mesmo quando depressivas, como anti-depressivos<sup>5</sup>; e até mesmo para melhoria do rendimento, sendo a “Ritalina” a sua mais conhecida expressão. Com o uso de medicamentos, diminuem-se, assim, os empecilhos ao máximo desempenho no trabalho.

A participação da sociedade é terceirizada para um Estado de normativa numérica. “Essa prioridade que se dá à dimensão da

---

[6] Entendido como “esfera pública”

eficiência e ao retorno financeiro elimina do espaço público<sup>6</sup> qualquer concepção de justiça que não seja a de equivalência entre o que foi pago individualmente pelo contribuinte e o que foi recebido individualmente por ele” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 319). Essa racionalidade então: incentiva a individualização; gere a máquina pública como empresa, despolitizando-a; promove técnicas e dispositivos de auto-governamentalidade; combate as coletividades políticas e; promove o afastamento dos sujeitos dos centros de decisões políticas. Como veremos a seguir, com o protagonismo do espaço urbano na atual fase do capitalismo global (HARVEY, 2006), deve-se ressaltar as questões espaciais e territoriais como centrais na constituição da política e do ser político.

### 3. Cidadania e cidade no Brasil

#### 3.1. Economia política e produção do espaço

A produção do espaço urbano brasileiro não pode ser analisada sem que antes se compreenda as raízes históricas de constituição do capitalismo industrial e do fenômeno da metropolização no país. Dadas as características particulares do país – semelhantes a outros países da América Latina, mas com grandes diferenças em relação aos países de capitalismo central, sobretudo aqueles do *welfare state* – não é possível aqui compreender o Estado no Brasil a partir do binômio “Estado de bem-estar/Estado policial”, como afirma Lavalle sobre o México (LAVALLE, p. 148, 1997). A ascensão do neoliberalismo no Brasil, que veio a ocorrer já no início da década de 1990, não se dá precisamente concomitante mesmo com outros países da América Latina de origens históricas e contextos sócio-políticos similares.

Magalhães (2015) argumenta que para a consolidação de qualquer Estado capitalista, independente de seus processos, há a participação de uma organização estatal suprimindo as possibilidades de escolha de auto-sustento do trabalhador

---

[5] Segundo a ANVI-SA, o Rivotril (remédio adquirido apenas sob prescrição médica e receitado geralmente para combater a depressão) é o segundo mais vendido no país, o que fez do Brasil o maior consumidor dessa droga no mundo. Ver mais em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/nacao-rivotril>> Acesso: 07 jul. 2017

fora do mercado de trabalho, colocando-o como mão-de-obra. Portanto, “a relação Estado-sociedade é a relação fundamental sobre a qual o capital se estabelece” (MAGALHÃES, 2015, p. 59) e que é, no Brasil, garantida pela “contínua restrição do acesso à terra aos pobres” (HOLSTON apud MAGALHÃES, 2015, p. 59). Isso ocorre de tal forma que a pauta da reforma agrária é historicamente combatida pelas elites agrárias por meio de atuação política direta (por vezes criminosa) e da manipulação da opinião pública por parte da mídia.

A passagem do modelo agroexportador para o urbano-industrial no Brasil foi realizada sem a ruptura da estrutura de acumulação de renda e terras (tanto latifúndios rurais quanto terrenos urbanos ou em áreas de expansão urbana). Tem início, nesse processo, as décadas marcadas pelo êxodo rural e pelo crescimento – e inchaço – das metrópoles. A questão fundiária não tem amplo debate e as reformas agrária e urbana tramitam nos espaços entre as esferas de governo sem se aproximarem de resoluções.

Outro aspecto importante foi a difusão e aceitação do modelo econômico de base keynesiana chamado desenvolvimentismo por setores sociais urbanos, como a emergente burguesia industrial e a classe média, incluindo nesta as Forças Armadas (MANTEGA, 1986, p. 28-29). O desenvolvimentismo se envolveu na política econômica inspirando planos governamentais (MANTEGA, 1986) e foi a ideologia que mais influenciou o pensamento econômico brasileiro (e ainda hoje exerce influência) e legitimou gastos públicos em benefício de grandes empresas (SANTOS, 2008), em uma tentativa de impulsionar a produção brasileira a atingir novos mercados, protegendo-a da concorrência externa por meio de um Estado intervencionista (MANTEGA, 1986, p. 23-24). Esse modelo centralizador obrigava os municípios a buscarem investimentos empresariais como forma de atrair capital e recolher mais impostos, aumentando sua receita.

---

[7] Simplificação da relação entre a disponibilidade da força de trabalho, o baixo custo de reprodução da mesma e a desvalorização do salário e das condições de trabalho.

A expansão capitalista no Brasil se deu com base em um modelo de acumulação monopolista não só gerador como sustentado pela desigualdade econômica entre classes. Tal modelo foi baseado, dentre outros fatores, na reforma da legislação tarifária e no investimento pesado na indústria da construção civil e automobilística. Essas duas (aliadas à expansão do mercado e da malha viária) constituíram-se nos principais pontos de afirmação do modelo de urbanização, especulação imobiliária e segregação.

O êxodo rural, o crescimento da população urbana e a criação do exército de reserva são processos que fizeram com que se aumentasse a pressão sobre os trabalhadores em relação ao desemprego, gerando um ambiente favorável à baixa salarial e à precarização das condições de trabalho<sup>7</sup>. Soma-se a isso o fator da instituição do Salário Mínimo, ponto essencial para a mediação entre o trabalho e o capital na estruturação da industrialização brasileira baseada na superexploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p.81).

O regime autoritário do Golpe Civil-Militar de 1964 contribuiu para a manutenção dessa forma de economia política, com controle da opinião pública (SANTOS, 2014). Embora as mudanças engendradas no regime militar não tivessem sido estruturais (“modernização conservadora”), representaram o **agravamento** de questões sociais, resultando em pobreza e segregação sociais e urbanas pela utilização de modelos socioeconômicos e espaciais concentradores de riqueza (SANTOS, 2014, p. 26).

O modelo rodoviário adotado, visando o “Brasil potência” através da expansão do capital pela integração nacional e abertura de novos mercados, foi essencial na expansão da malha urbana e, concomitante aos investimentos em infraestrutura voltados às porções já privilegiadas e estruturadas das metrópoles, fez com que a especulação imobiliária crescesse. Soma-se a

esses elementos a política habitacional vigente, o BNH (Banco Nacional de Habitação), que promoveu a implantação dos conjuntos habitacionais populares em regiões periféricas, definindo o mercado urbano de terras, a verticalização das áreas residenciais centrais e a periferização decorrente da especulação.

Como resultado, observa-se o aumento do processo de periferização, das ocupações ilegais e das autoconstruções, somado ainda à infraestrutura urbana cada vez mais sobrecarregada. Os resultados dos “anos de chumbo” foram, dessa forma, a desmobilização e perseguição de movimentos sociais e políticos, o enorme endividamento da máquina pública, as grandes iniquidades espaciais inter e intraurbanas, a superexploração da força de trabalho, a espoliação urbana e, ao final, as profundas crises econômica e institucional.

O ciclo nacional-desenvolvimentista foi, portanto, essencial para a trajetória de produção do espaço metropolitano brasileiro (MAGALHÃES, 2015, p. 86), pois consolida no país a característica de desenvolvimento econômica-espacial centrada na metrópole. Deste modo, o Estado consegue concentrar a mão-de-obra barata e outros elementos necessários ao crescimento industrial, rebaixando os custos de produção e o custo de reprodução da força de trabalho.

O Estado funciona através da metrópole, assim, como um agenciador de forças, criando e acentuando desigualdades e segregações que são expressas em seu espaço (MAGALHÃES, 2015, p. 71) além de fazer a contenção de possíveis barreiras que possam atrapalhar a expansão das atividades do capital. Essas bases serão conformadoras da atuação da administração pública neoliberal no Brasil.

Com o fim de um ciclo nacional-desenvolvimentista e início do processo de redemocratização do Estado, ganham destaque

---

[8] Ver mais em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/17/brasil/63.html>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/09/opinioao/10.html>> Acessos: 20 out. 2017

pautas ligadas aos movimentos sociais urbanos e se avultam os debates acerca dos rumos políticos e institucionais do país. Assim, na década de 1980, havia um espaço político em disputa, destacando-se duas narrativas opostas: a) dos movimentos sociais envolvidos com a redemocratização e da população em geral, que apontavam os problemas agravados na ditadura e reivindicavam a ampliação de direitos sociais e acesso a bens e serviços públicos (até então usufruídos por uma pequena parcela); b) das elites econômicas e políticas, que, inspiradas na cartilha neoliberal, apregoavam a diminuição do Estado como forma de torná-lo mais “leve” e “eficaz”.

### 3.2. O esvaziamento político da cidadania

A ditadura foi um período de anulação do espaço público político (ABRAHÃO, 2008, p. 117) e a Constituição de 1988, chamada “Constituição Cidadã”, expressa a força que a pressão popular conseguiu exercer sobre a classe política, contribuindo na conquista de direitos sociais em forma de leis (GOHN, 2011), dotando ao termo cidadania caráter político e constituindo uma barreira à implementação imediata da bula neoliberal.

*(...) no Brasil a expressão “cidadania” esteve longe de se limitar a meramente designar o conjunto da população, mas foi preenchida por um significado político claro. É esse significado político, no seu potencial transformador, que passa a ser alvo das concepções neoliberais de cidadania (DAGNINO, 2004, p. 155, grifos nossos).*

Mesmo com o desemprego, a segregação, a violência urbana e a falência do aparato estatal à escala metropolitana, a redemocratização não conseguiu um “transbordamento prático” (MAGALHÃES, 2015, p. 24). Isso porque “a lei não esgota o direito” (SANTOS, 2014, p. 104), sendo necessária a constante

experimentação e renovação das práticas e dos significados. Ademais, as elites nacionais utilizaram-se de formas renovadas de manutenção da concentração de poderes econômicos e territoriais, preservando “as estruturas da sociedade política oligárquico-burguesa com incrustações autocráticas” (ALVES, 2013) e, apesar das vitórias, os movimentos sociais viram o esvaziamento dos seus espaços de luta por motivos internos e externos (GOHN, 2011) e a ascensão do neoliberalismo no Brasil.

Segundo Chauí (2004), persistem, na cultura brasileira, características que atuam como barreiras, dificultando a realização da cidadania e da democracia, entendidas na acepção participativa dos termos. Para a autora, a sociedade brasileira tem naturalizado a hierarquia e as desigualdades por meio de suas estruturas autoritárias, além de consolidar instrumentos que bloqueiam a liberdade da esfera pública, visando “impedir a emergência de um espaço aberto de produção e circulação da informação” (CHAUÍ, 2004, np)

Concomitantemente, com a democratização e a descentralização do poder, as cidades ganham maior autonomia. Isso permite com que algumas delas tenham períodos de experiências positivas no campo dos direitos sociais, como no governo de Luiza Erundina (1989-1992), em São Paulo, quando emergem os mutirões autogestionados para a construção de moradias de interesse social. As experiências, contudo, permaneceram pontuais, pois foram combatidas pelas elites urbanas, valendo-se do controle das mídias.

As crises da década de 1980 permanecem. O Estado argumenta não dispor de recursos para investimento nos programas sociais de forma a consolidá-los. As políticas públicas são tímidas ou inexistentes. Há tentativas de universalização da educação e saúde, contudo, aquém da quantidade e qualidade necessárias.

O Estado dispõe de formas históricas de controle dos conflitos,

---

[8] Como na Lei Antiterrorismo (nº 13.260/2016) e na proposta de aditivos à lei (PLS 272/2016) do Senador Lasier Martins (PDS-RS), que oferece arcabouço jurídico para a criminalização de movimentos sociais.

[9] Em conjunto com outras categorias, mas os petroleiros permaneceram por mais tempo.

[10] Ver mais em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/17/brasil/63.html>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/09/opiniao/10.html>> Acessos: 20 out. 2017

estabelecendo uma narrativa que atrela midiaticamente movimentos sociais, políticos e sindicais à violência e à desordem, desmobilizando-os em relação à esfera pública e criminalizando-os<sup>8</sup>. Desta forma, mesmo a redemocratização não significou o fim da perseguição histórica a esses movimentos.

Podemos ver claramente a força da imprensa e como ela pode agir a fim de colaborar com o combate aos movimentos grevistas por meio do episódio da “greve dos petroleiros”<sup>9</sup> em 1995 (governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002). Os trabalhadores do setor protestaram contra a quebra do monopólio e privatização da Petrobrás ensaiadas pelo presidente. Na ocasião, o Estado promoveu uma perseguição jurídica e midiática aos sindicatos grevistas, imputando a eles a culpa pelo desabastecimento de gás de cozinha, colocando a população contra os petroleiros. Soube-se, meses depois, que as distribuidoras propositalmente retiveram os botijões nos estoques<sup>10</sup>. Como já colocado, o ataque aos coletivos de trabalhadores é um instrumento do Estado neoliberal.

No que diz respeito à cartilha neoliberal, sua aplicação nos governos FHC ficou marcada, principalmente, por privatizações, parcerias público-privadas, liberalização da economia, reformas institucionais, sujeição à pressão internacional (através do Fundo Monetário Internacional, sobretudo, enfraquecendo a autonomia do país), supressão de movimentos sindicais, etc. Como resultados negativos, um crescente endividamento público, o engessamento das finanças estatais (pela Lei de responsabilidade Fiscal e pelos pactos firmados com o FMI), desemprego em massa, o apagão energético, e apenas tentativas “mutiladas” – emprestando o termo de Santos (2014) – de provimento de direitos, bens e serviços públicos, atestando o sucateamento destes. Reiterou-se o esvaziamento da esfera pública e a espoliação urbana; arrefecendo possibilidades de construção de pensamentos e de políticas verdadeiramente democráticas e cidadãs.

Os movimentos políticos voltam a ganhar destaque, sobretudo no combate às privatizações e na denúncia do caos do aparelho estatal urbano ao final dos anos de 1990. Em 2002, com promessas de unificação nacional e propondo um pacto conciliatório que seria capaz de aliar distribuição de renda e sustentabilidade econômica, Lula é eleito presidente. Seus dois mandatos alinham o pensamento neodesenvolvimentista ao tripé macroeconômico neoliberal (ALVES, 2013).

Segundo Alves (2013), “apesar do caráter pós-neoliberal da intencionalidade política do governo Lula, preservou-se a morfologia política e social do Estado neoliberal no Brasil, herdado da ditadura militar e dos governos neoliberais”. Inicia-se um período de pacificação dos movimentos políticos, por meio da negociação de conflitos, e de gradual mercadorização de direitos sociais, principalmente por meio de ações e políticas públicas alinhadas aos anseios do mercado, tais como: o ProUni (Programa Universidade para Todos), responsável pelo crescimento exponencial das universidades particulares no país, transferindo parte do direito à educação superior ao mercado; e o MCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), carro-chefe no combate à crise econômica de 2008, com raízes nos mercados financeiro e imobiliário, e cujas moradias continuam nascendo “subnormais” (SANTOS, 2014, p. 62). Confunde-se o direito à moradia com o direito de ser proprietário (SANTOS, 2014, p. 154)

Utiliza-se de um sistema no qual as políticas públicas servem para aquecer setores da economia, manter a governança, e fazer uma espécie de terceirização, já que o Estado transfere para empresas e organizações sociais os serviços originalmente de responsabilidade estatal. Observa-se a “fetichização” dos números que “está longe de traduzir as melhorias reais” (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 318). Dessa forma, o acesso aos direitos têm por intermédio o mercado, contribuindo para a compreensão de uma cidadania meritocrática e alcançada individualmente,

destituindo o caráter coletivo e político dos fundos públicos, aqueles que dão materialidade aos direitos sociais. Soma-se a isso a negociação dos conflitos pela adoção de políticas que atendem somente em parte as “demandas sociais”, arrefecendo os movimentos sociais em suas lutas políticas e fazendo emergir entidades mediadoras que ocupam o lugar da participação (RIZEK, 2017)

Assim, os direitos sociais historicamente instituídos, frutos de um pacto social em constante transformação (LAVALLE, 1997), passam para a esfera burocrática empresarial e são ligados diretamente ao consumo. Para acessá-los, deve-se pagar. Desenraiza-se da esfera pública a construção desses direitos. “Quando se confunde cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais” (SANTOS, 2014, p. 155). Com a individualização das políticas públicas, “é a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada” (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 320). Reiterou-se, nos últimos anos, o “encolhimento do conflito” ao se colocar a lógica empresarial como “valor dominante e, principalmente, estruturante” (RIZEK, 2017, p. 134)

### 3.3. O esvaziamento político do espaço público

Cidade é a forma da sociedade dos encontros, das concentrações (e fragmentações) e, conseqüentemente, dos conflitos. Os conflitos são essenciais para uma formação amplamente democrática da sociedade: no espaço comum os conflitos, enquanto dissenso (RANCIÈRE, 1996), tensionam diferentes realidades, lançam luz e colocam à prova da sociedade os sujeitos, suas ações e argumentos; possibilitando o reconhecimento do **outro** e do **eu** enquanto participantes do mesmo espaço social. Deve-se mostrar o lugar urbano do público, principalmente a rua, “como meio fundamental de elaboração de cidadania e de civilidade” (ABRAHÃO, 2008, p. 121), algo que se assemelha à compreensão de Arendt (2010) do espaço público da ação política.

---

[8] ROLNIK, 2017.  
Visto em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/05/25/intervencao-na-cracolandia-luz-para-quem/>>  
Acesso: 15 set. 2017.

[10] ROLNIK, 2014.  
Visto em: <<http://www1.folha.uol.com.br/columnas/raquelrolnik/2014/09/1519775-predio-vazio-ha-mais-de-dez-anos-pode.shtml>>  
Acesso: 15 set. 2017.

Contudo, as cidades mudaram de forma e de lógica de produção e uso de seus espaços ao longo dos séculos (LEFEBVRE, 2008). Nas últimas décadas, o conteúdo político dos espaços urbanos tem sido esvaziado pelos processos que envolvem as segregações, o higienismo, a gentrificação e a elitização, impulsionados pela neoliberalização das instituições e à incorporação da racionalidade neoliberal pelos sujeitos.

Segundo Lefebvre sobre as compreensões usuais da cidade e do urbano, “a cegueira, o não-ver e o não-saber, implicam uma ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p. 36). A cidade e suas representações escondem uma produção dos espaços ideológica e, portanto, alienante. Faremos o exercício de transpor essa ideia ao cotidiano urbano. Os processos apontados acima, estimulados pelo mercado, favorecem o ocultamento das realidades, dos conflitos e, com isso, direcionam as pessoas a uma dupla cegueira do espaço social: de um lado, as formas concretas que denunciam a falência do modelo político-econômico adotado são afastadas da visão, segregando-as, como acontece com as favelas e ocupações periféricas, as pessoas em situação de rua, etc; e, por outro, há uma negociação de conflitos ao promover ações espetacularizadas e elitistas, esvaziando os espaços da publicização dos conflitos reais sob uma falsa imagem de modernidade e harmonia. “E como ‘o mercado é cego’, para fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço para os fins intrínsecos dos homens. Dai a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço” (SANTOS, 2014, p. 80)

Há a difusão de modelos de planejamento e de gestão urbana que visam criar, especialmente na América Latina, ambientes favoráveis à expansão da economia de mercado (*market-friendly*). Então, “desde que implique dispêndios e remunerações à altura, dá no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, ou construir pirâmides e outros prismas espectrais

em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem-estar na ultramodernidade” (ARANTES, 2012, p.13)

Utiliza-se de uma arquitetura “do espetáculo”, uma “estetização bastarda” que esconde os problemas reais e que, claro, tem “impacto nulo sobre a pobreza e demais deficit sociais” (ARANTES, 2012, p. 17), reafirmando a neutralização do tempo e do espaço metropolitanos. Mesmo a arte e a cultura locais são massificadas por meio do marketing, que vende as particularidades locais como fatores de atração do capital (HARVEY, 2006). Não raro, os novos espaços não permitem, seja através do poder de compra ou da própria estética, o uso e apropriação pela população de classes economicamente pobres, segregando-as.

Obedecendo ao expediente no qual a cidadania é intermediada pelo mercado, não se pode, por exemplo, vender a requalificação da região da Luz em São Paulo (reforma das áreas públicas, construção de equipamentos públicos, de torres residenciais e comerciais, etc.) sem antes promover uma “limpeza social” em seus espaços. Assim, ações como acordar pessoas em situação de rua com baldes de água gelada no rosto e tomar seus pertences (mesmo no inverno), promover a internação compulsória de usuários de drogas ilícitas e demolir edifícios (com pessoas dentro!) até então ocupados por famílias sem-teto<sup>11</sup> são realizadas pelo Estado com força policial, sem mediações e legitimadas por parte da mídia e dos espectadores<sup>12</sup>. São tantos exemplos que preencheriam, sozinhos, os espaços dessas páginas.

Algo semelhante foi descrito por Deutsch (1998) sobre os *homeless* de Nova Iorque, que sofreram com a perseguição jurídica-policial para serem retirados dos espaços públicos centrais. Se “a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDR, 2010, p. 61), as pessoas em situação de rua, quando afastadas

[11] ROLNIK, 2017. Visto em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/05/25/intervencao-na-cracolandia-luz-para-quem/>> Acesso: 15 set. 2017.

[12] ROLNIK, 2014. Visto em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2014/09/1519775-predio-vazio-ha-mais-de-dez-anos-pode.shtml>> Acesso: 15 set. 2017.

dos espaços públicos, “desaparecem” da realidade comum. As consequências disso para a esfera pública são condições espaciais e de vida nas cidades que promovem ou a vivência em “bolhas sociais” ou a perda do espaço público como local do conflito, onde haveria a possibilidade de a sociedade se ver e se reconhecer como tal. Perde-se a “percepção social de uma esfera pública das opiniões, da sociabilidade coletiva, da rua como espaço comum [...]” (CHAUÍ, 2004, np).

Desoperaciolaniza-se, assim, a possibilidade de “repolitização” de espaços públicos, como apontado por Arantes sobre a Praça da Sé em São Paulo, onde mendigos se alimentavam das sobras dos restaurantes e aconchegavam-se sob marquises e atrás de bancas de jornais (ABRAHÃO 2008, p. 173). Publicizava-se, assim, as possibilidades de práticas a partir da necessidade e as consequências do sistema excludente no qual vivemos, por meio do deslocamento semântico/estético dessas práticas ali observadas.

O termo “público” significa que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (LAVALLE, 1997). Significa também o que é de domínio comum. Observa-se, na cidade neoliberal, uma diminuição da esfera pública (LAVALLE, 1997) e, conseqüentemente, do espaço público. Este, quando entendido como o *lócus* da cidadania, faz com que o direito à cidade seja uma dimensão normativa que coloca a cidade como bem comum, pois é também “depositário da ética social” (ZARMEÑO, 1997, p. 151). Quando há privatização do espaço público, retira-se a possibilidade de realização dessa dimensão normativa. Há, segundo Chauí (2004, np) “a despolitização provocada, de um lado, pela fragmentação e dispersão das classes populares (sob os efeitos da economia neoliberal sobre a divisão e organização sociais do trabalho) e, de outro, pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado”

Sob influência do modernismo alguns empreendimentos particulares possibilitaram que espaços privados tivessem características de espaços públicos. São os casos de condomínios, praças e shoppings que, sob a tutela privada, abrem-se para o público, mesmo que de maneira seletiva e parcial, e acabam por se tornarem alternativas à falta de áreas de lazer e descanso das cidades. Os shoppings, entendidos como áreas públicas de lazer por uma sociedade cada vez mais acostumada a condicionar seu tempo livre ao consumo, têm uso controlado por normas, vigilância e estética, tornando-os locais de liberdade parcial. Assim como os condomínios exclusivos, ambos proporcionam a perda da cidadania e “de interesse nas questões urbanas” (ABRAHÃO, 2008, p. 139)

Os fenômenos da privatização; da individualização e da competição, presentes na subjetividade do sujeito neoliberal; e a conseqüente segregação e autosegregação; constituem um cenário de perda do domínio público. O espaço público resultante aparece, dessa forma, como protagonista (imagem) da cidade e, ao mesmo tempo, como coadjuvante da vida urbana na dimensão política enquanto dissenso.

Isso não quer dizer que o espaço público tenha, necessariamente, diminuído. E nem seria razoável, *a priori*, concluir que esses espaços tenham perdido protagonismo político. As diversas manifestações realizadas desde 2013 (com algumas raízes em reivindicações realizadas nos anos 2000) são prova do contrário: revelaram cisões políticas que culminaram em manifestações e greve geral em escala que há décadas não se via. Contudo, as últimas manifestações tiveram pouca adesão das classes economicamente pobres<sup>13</sup>.

Os espaços privados prevalecem, enquanto os públicos são perdidos de tal maneira que é, hoje, difícil compreendê-los como locais de responsabilidades comuns. Em relação aos espaços públicos “comuns” (não espetacularizados ou privatizados)

[13] Visto em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756731-perfil-cozinha-domina-manifestacoes-pro-e-anti-dilma-em-sao-paulo.shtml>> Acesso em: 15 set. 2017.

são, em geral, limitadores e malconservados. Locais como praças, jardins e parques públicos, acabam sendo sucateados ao ponto de se transformarem em ambientes a serem evitados. A população que mais necessita desses espaços – a que tem seu tempo espoliado – é a que mais sofre com a falta ou baixa qualidade dos mesmos.

Em um contexto de mudanças rápidas, onde o ambiente urbano é construído e reconstruído em períodos de tempo cada vez mais curtos, as referências elaboradas coletivamente vão se enfraquecendo. Conceitos que na modernidade eram claros e definiam as esferas de atuação dos sujeitos têm suas fronteiras diluídas com o neoliberalismo.

Reitera-se, então, que há um gradual processo de esvaziamento dos potenciais conflitos, concernente a cada período de atuação estatal sob a influência neoliberal. Os espaços públicos como locais de afirmação do sujeito e de seu papel na sociedade são, dessa forma, centrais e, por isso mesmo, intencionalmente desmobilizados e esvaziados politicamente. Assim, “esta produção do espaço (...) passa necessariamente pela tentativa de calar, isolar, neutralizar (territorialmente inclusive) o dissenso e sua tendência inerente a se territorializar e despontar no espaço de forma efetiva e potencialmente disruptiva.” (MAGALHÃES, 2015, p. 174)

Se for à luz do público que há a visibilidade, e até mesmo a afirmação da existência, percebemos que a gestão empresarial das cidades tem produzido a invisibilidade da desigualdade: um acobertamento que impede que haja a possibilidade de empatia entre sujeitos através da visão e reconhecimento dos problemas. Para Zarmeño (1997, p. 157) “encontramo-nos, em suma, diante de uma debilitação seletiva, mas importante do espaço público: dos espaços públicos de interação comutativa e de construção e reprodução de identidades”, ou seja, perde-se, com o espaço público, a noção do coletivo, de interdependência,

de solidariedade e, conseqüentemente, a noção mesma de sociedade.

#### 4. Considerações finais

Dos fatos e considerações apresentados, apreende-se que a ideologia neoliberal tem se enraizado no aparato estatal e na subjetividade dos sujeitos de tal forma a influenciar as ações institucionais e o cotidiano individual. Uma das conseqüências da racionalidade neoliberal nessas esferas tem como resultado um esvaziamento político do espaço público, tanto em um nível distante (do sentido do público; da função e atuação do Estado) quanto em nível prático-sensível (dos bens e espaços comuns). Entendendo os espaços públicos como primordiais aos encontros e conflitos, imprescindíveis à democracia de direitos; e da realização e entendimento do sujeito enquanto cidadão, tem-se como conseqüência uma perda gradual da noção de cidadania, construída no seio da era moderna e das democracias liberais e dotada de sentido político na redemocratização brasileira.

Um Estado burocraticamente engessado, previsível para o mercado, é, em sua essência, conservador. Esse Estado defende a preservação de um “estado das coisas” e sua paralisia compete com a organicidade da sociedade, que está em constante mutação. Esse embate não é simples, sendo necessários um conjunto de elementos objetivos e subjetivos como forma de controle, dentre eles os instrumentos jurídicos e a força policial. Dessa forma os conflitos são domesticados, negociados, excluídos ou frontalmente combatidos.

Consideramos, quanto ao componente jurídico, que a legislação pode ser um instrumento de afirmação da cidadania se não for estático, porque não deve ter fim em si mesma, mas deve sempre ter como ponto de partida a sociedade, e de chegada, a cidadania plena. As leis devem ser, assim, fruto do pacto social

em constante evolução, rearranjando-se de acordo com os tempos e, sempre, a caminho da liberdade de todos.

Considera-se que, como Rizek (2012) nos demonstra sobre o rompimento de linearidade temporal durante uma confissão (com a troca de tempos e o reconhecimento dos sujeitos na ação um do outro), a perda do espaço público – como lugar de desocultamento de temporalidades – ameaça o nosso reconhecimento enquanto seres políticos e sociais, e, portanto, enfraquece a compreensão de cidadania. Defende-se aqui, portanto, a tese de que a ideologia neoliberal promove, cotidianamente, o esvaziamento do conflito em todas as esferas, sobretudo as públicas. Milton Santos (2014, p.56) afirma que “(...) onde o indivíduo também é cidadão pode desafiar os mandamentos do mercado (...). Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito”. Sendo assim, depreende-se que a cidadania “mutilada” (SANTOS, 2014), mercadorizada, é **uma finalidade** pois, diferente disso, impossibilitaria a ampliação das bases de atuação do capitalismo neoliberal.

A partir da compreensão de que a ideologia neoliberal sustenta e é sustentada pela ampliação do alcance de sua subjetividade até as ações e relações cotidianas dos sujeitos, entendemos e confiamos também, como Lefebvre (2008) e Santos (2014), que é a partir das apropriações, encontros e trocas, do desocultamento de temporalidades que o “cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação” (SANTOS, 2014, p.71)

\* Jansen Faria Universidade de São Paulo.  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

Ilustração de abertura do artigo  
produzida pelo bolsista indisciplinar  
André Victor

## Referências

- ABRAHÃO, Sérgio. *Espaço público: do urbano ao político*. Annablume Editora, 2008.
- ALVES, Giovanni. *Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso: 07 out. 2017
- ARANTES, Otília. *Gentrificação estratégica*. In: Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas. São Paulo: Annablume, 2012. p. 13-26.
- ARENDT, Hannah. *Os domínios público e privado*. In: A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 26-96
- CHAUÍ, Marilena. *Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização*. In: ABONG; et al. Seminário “Os sentidos da Democracia e da Participação”, São Paulo, 2004.
- DAGNINO, Evelina. *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*. In: Política & Sociedade, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004
- DEUTSCHE, Rosalyn. *Uneven Development: Public Art In New York City*. In: *Evictions: Art and spatial politics*. Massachusetts: MIT Press, 1998. p. 49-108
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Común: ensayo sobre la revolución em el siglo XXI*. Barcelona: GEDISA, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2016. Trad. Mariana Echalar.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In: Revista brasileira de educação, v. 16, n. 47, 2011.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. Trad. Carlos Szlak.
- LAVALLE, Adrián. *Por uma utopia ao alcance da mão*. In: MALAGUTI; CARCANHOLO: CARCANHOLO. A quem pertence o amanhã? – Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: Editora Loyola, 2010, p. 141-154, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGALHAES, Felipe N C. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: NOVAES (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.

RIZEK, Cibele. *Discutindo cidades e tempos*. In: Revista Redobra, Salvador, nº 9, 2012, p 72-74.

..... *Um balanço de pesquisa: 10 anos na zona leste e um social reconfigurado*. In: Revista Cidades, v. 13, nº 22, 2017, p. 94-140

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2014

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. In: Revista TERRITÓRIO, ano 2, nº 3, jul.dez, 1997, p. 13-35

ZARMEÑO, Sergio. *O estado neoliberal e o esvaziamento do espaço público*. In: MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO. *A quem pertence o amanhã? – Ensaio sobre o neoliberalismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2010, p. 155-164